



PROJETO DE LEI N.º _____, DE 2023

(Do Senhor Deputado Alberto Fraga).

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para incluir o crime de aquisição ou alienação de veículo automotor em situação administrativa irregular com a finalidade de burlar a legislação tributária ou de trânsito, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 310 B:

“Art. 310 B. Adquirir ou alienar veículo automotor em situação administrativa irregular com a finalidade de burlar a legislação tributária ou de trânsito:

Penas - detenção, de seis meses a um ano, e multa”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição objetiva alterar o Código de Trânsito Brasileiro para acrescentar tipo penal para penalizar quem adquire ou aliena veículo automotor em situação administrativa irregular com a finalidade de burlar a legislação tributária ou de trânsito. Não se trata de punir a mera venda e compra de veículos em situação irregular, mas de um dolo específico de burla da legislação.

Infelizmente, o país vive uma onda de negociações de veículos “para rodar”, ou seja, automóveis com uma série de irregularidades administrativas,



especialmente multas, cujo montante por vezes ultrapassa o valor do bem. Assim, o proprietário o coloca à venda a preço irrisório para o adquirente “rodar” até que seja apreendido em alguma operação, mas, até lá, cometendo infrações graves, como dirigir perigosamente e transitar em velocidade acima do permitido. Ou seja, nesse caso citado, fica clara a intenção de vendedor e comprador em burlar a legislação de trânsito.

Recentemente, até o Portal Uol fez reportagem especial sobre isso: <https://www.uol.com.br/carros/colunas/paula-gama/2023/08/11/usa-ate-apreender-como-e-a-nova-tendencia-de-comprar-carro-so-para-rodar.htm>. Como se pode verificar, a prática é grave pelo potencial uso do veículo, pois, como se afirmou, a ideia principal é não se importar com multas, colocando em risco pessoas e patrimônios, além do prejuízo ao Estado.

Enfim, por ser matéria atual que gera reclamos sociais pelo risco que potencializa à Sociedade em geral é que conclamo aos colegas parlamentares para apoio e aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 2023.

Deputado Federal Alberto Fraga

